

ENSINO DE BIOLOGIA NO CURRÍCULO DE SERGIPE: ESPALHANDO SUSTENTABILIDADE, PRODUZINDO SUJEITO-CONSUMIDOR- RESPONSÁVEL

LA ENSEÑANZA DE LA BIOLOGÍA EN EL CURRÍCULO DE SERGIPE: DIFUNDIENDO LA SOSTENIBILIDAD, PRODUCIENDO SUJETOS- CONSUMIDORES RESPONSABLES

Tássia Alexandre Teixeira Bertoldo
Universidade Federal de Sergipe - UFS
tassiaalexandre@gmail.com

Lívia de Rezende Cardoso
Universidade Federal de Sergipe - UFS
liviacardoso@academico.ufs.br

Resumo: Este trabalho propõe uma análise acerca da sustentabilidade no Currículo de Sergipe, pós BNCC, e problematiza de que forma este conceito está disposto, operando como produtor de um sujeito específico. Além disso, apresenta alguns mecanismos pelos quais essa sustentabilidade indicada no documento se espalha, permeando as atividades, disciplinas e projetos escolares. Por fim, traz uma reflexão da possibilidade de escape a essa lógica sustentável-neoliberal matutando sobre possibilidades que podem deslocar a direção do Ensino de Biologia.

Palavras-chave: currículo; sustentabilidade; sujeito; governamentalidade

Eixo-temático: 1. Currículos de Ciências e Biologia: histórias e políticas educacionais

Modalidade: Pesquisa acadêmica

Resumen: Este trabajo propone un análisis de la sostenibilidad en el Currículo de Sergipe, post BNCC, y problematiza cómo se ordena ese concepto, operando como productor de una materia específica. Además, presenta algunos mecanismos a través de los cuales esta sostenibilidad señalada en el documento se difunde, permeando las actividades, asignaturas y proyectos escolares. Finalmente, reflexiona sobre la posibilidad de escapar de esta lógica neoliberal sostenible reflexionando sobre posibilidades que podrían cambiar el rumbo de la enseñanza de la biología.

Palabras clave: currículum; sostenibilidad; sujeto; gubernamentalidad

Eje temático: 1. Currículos de Ciencias y Biología: historias y políticas educativas

Modalidad: Investigación académica

MEMÓRIA INTRODUTÓRIA

Certo dia, em meio ao puerpério, enquanto amamentava minha bebezinha, eu assistia televisão e meu filho de oito anos lanchava ao lado. Começou a passar uma propaganda com o ator Mateus Solano intitulada: *Menos é mais: menos lixo mais futuro*. O texto da propaganda dizia:

Se você não reutiliza, recuse. Se você não recusa, recicle. Se você não recicla, reuse. Se você não reusa, reduza. Se você não recusa, não reusa, não reduz e não recicla, repense. Menos lixo, mais saúde. Menos lixo, mais futuro. Menos é mais! Uma campanha da Globo, uma atitude de todos. (Voz de Mateus Solano)

De imediato, meu filho Davi me olhou sorrindo e perguntou: *Mãe, e se eu não repensar, o que acontece?* Eu sonolenta, respondi: *Vixe!!! Temos que pensar sobre isso.* Meu filho fez esse questionamento e mexeu comigo. A partir dali uma reflexão se instaurou em mim. Essa provocação do meu filho me gerou o que chamo aqui de matutância. Eu não parava de pensar na sensação de ser professora e não conseguir respondê-lo, nas frases da propaganda, em como elas nos propõem uma responsabilização pelo que consumimos e na pergunta do meu filho sobre o repensar.

Toda essa memória me remeteu às minhas práticas pedagógicas. Fiquei a pensar o que eu responderia ou quais discussões eu provocaria em sala de aula caso essa questão do meu filho fosse de um aluno, pois nem com meu próprio filho eu consegui fazer. Comecei a lembrar de uma aula que eu já tinha elaborado discutindo os 5Rs da propaganda (Reutilizar, Recusar, Reciclar, Reusar e Repensar), enaltecendo a tal sustentabilidade. Aula essa toda planejada e embasada nas competências e habilidades propostas no Currículo de Sergipe (CSE) a aula começou com a seguinte manchete: *A importância das borboletas na natureza.*

A discussão dessa aula se deu sobre seres que eram chamados bioindicadores, dentre eles, as borboletas. Apontei o quanto as borboletas faziam pela natureza: são exímias polinizadoras. São capazes de indicar se um ambiente é saudável ou não. Enfatizei sobre a responsabilidade delas. Essas lembranças me atravessaram e me fizeram matutar a respeito do que me proponho a discutir aqui. O que me levou a trazer esse tom de responsabilidade para as borboletas e para os/as estudantes que assistiam a aula? Que discurso carrega o conceito de sustentabilidade apresentado no Currículo de Sergipe (CSE) pós BNCC?

Partindo dessas memórias-momentos, das reflexões provocadas pelas leituras que discutem governamentalidade de Foucault e Educação, um outro ponto que me motivou a trazer essa problematização neste estudo foi o fato de curiosamente ter dado um *Ctrl F* no Currículo de Sergipe usando a palavra sustentabilidade e ela aparecer 102 vezes. Certamente que o foco aqui não será analisar a quantidade de vezes que a palavra apareceu, mas esse número me deixou ainda mais intrigada com a possibilidade de

discutir que sustentabilidade é essa que se deseja num currículo e que sujeito se pretende produzir a partir dele nas aulas de biologia.

Nesse sentido, proponho as discussões partindo de memórias e fazendo analogias a parte do ciclo de vida das borboletas propondo um caminho metodológico o qual chamo de *matutância*. Partindo de metodologias da perspectiva pós-crítica, a *matutância* é um movimento escutar-refletir-compor-recompor através de uma escrita “mais eu” inspirada na “Metodologia alquimista” de (CARDOSO E PARAISO, 2014), na “Etnografia pós-moderna” (KLEIN e DAMICO, 2014) e nas provocações de Rubem Alves no texto: Escutatória.

A partir das bruxas alquimistas, assumi que: “interessa construir uma ciência sem ferramentas rígidas e que a tudo permita-se tornar inspiração”. Articulando procedimentos, reinventando outros, “roubando” modos de fazer pesquisa que consideram adequado para a problemática; fazendo bricolagem, hibridismos, colagens de procedimentos que se modificam ao se juntar com os conceitos que operam (CARDOSO; PARAÍSO, 2014). Com os investigadores-observadores: aponto através da etnografia pós-moderna como um método modesto quanto às reivindicações de possuírem a verdade e a autoridade, além disso, e principalmente, faz análises “cujo foco está nas relações e interações cotidianas que ocorrem nesses espaços” (KLEIN; DAMICO, 2014, p. 67). Com o escritor, apesar de não ser das metodologias, me propus a pensar a metodologia através do que o autor apresenta no seu texto como um método de viver muito precioso: a escuta, que se faz à medida em que se ruma com a alma o que se escutou. Além disso, a escrita em primeira pessoa fortalece a possibilidade de que as autoras se entrelaçam como uma para compor essa investigação.

Proponho aqui uma discussão que tem como argumento central refletir como o discurso neoliberal “atualiza” premissas da sustentabilidade de modo que se responsabilize sujeitos individual e coletivamente a serem sustentáveis sem deixar de consumir, enquanto as indústrias e os estilos de vida continuam os mesmos, não estremecendo essa racionalidade e produzindo assim o que denomino de *sujeito-consumidor-responsável*.

POLINIZANDO ESSA TAL SUSTENTABILIDADE

A polinização faz parte dos processos de vivência das borboletas. Trata-se de um mecanismo não intencional de espalhar grãos de pólen. Quando esses lindos insetos

pousam de flor em flor em busca de seu néctar para se alimentarem, o pólen carregado pelo néctar produzido pelas flores fica preso às asas e patas das borboletas que, ao batê-las enquanto voam, espalham esse mesmo pólen pelos lugares onde passam, possibilitando a reprodução de plantas e produzindo sementes com embriões que possivelmente podem gerar outras plantas.

Sigo por aqui inspirada nessa condição da vida das borboletas e na carga de responsabilidade que foi dada a uma tarefa natural delas numa aula de Biologia. A matutância que faço aqui é a partir da sustentabilidade espalhada no CSE para o Ensino Médio e nesse peso da responsabilidade atrelado a elas com o intuito de produzir efeitos em um *eu* que se torne *sujeito-consumidor-responsável*. Portanto, discuto a sustentabilidade como os grãos de pólen espalhados e programados para formar *indivíduos-sementes* que germinam e replicam outros sujeitos.

Discussões acerca da sustentabilidade ganharam “amplitude mundial tornando-se uma questão biopolítica a ser enfrentada na contemporaneidade tanto por instâncias institucionais quanto por agentes sociais” (MANSANO; NALLI, 2017, p. 3). Eventos como a “Conferência ECO 92”, realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro; a “Conferência Rio + 10” ou “Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável”, realizada em 2002, na cidade de Johannesburgo, África do Sul; a “Conferência Rio + 20” ou “Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável”, ocorrida em 2012, novamente na cidade do Rio de Janeiro (PIGA;MANSANO, 2015), orientaram a elaboração de políticas públicas que nortearam práticas de preservação nas nações envolvidas.

É através da criação da Educação Ambiental que a sustentabilidade passa a ter uma ampla discussão nas escolas e nos artefatos que a constituem. O polén da sustentabilidade que, inicialmente, caíra de forma transversal nos campos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), agora preenche os campos do CSE: introduções, competências gerais, habilidades, componentes curriculares e atividades suplementares, todas inebriadas por este pólen. Fazendo uma leitura das referências indicadas nas atividades propostas como sugestão nos cadernos suplementares, é possível inferir que a ideia principal da sustentabilidade empreendida ali é de que seja um equilíbrio entre usar e preservar recursos naturais, sem prejuízo para as futuras gerações, o mesmo dos relatórios produzidos nos eventos acima mencionados.

É notório como esse conceito ganhou um grande espaço no CSE, visto que aparece 102 vezes no documento, em detrimento às singelas 19 que se encontram no Referencial Curricular anterior ao CSE. Outro ponto de destaque é que enquanto era apontado na anterior nas disciplinas de Biologia e Geografia, no novo referencial, perpassa por todas as áreas, ou seja, deixa de ser um conteúdo de 2 componentes e passa a abarcar todas as quatro áreas de conhecimento (Natureza, Humanas, Linguagens e Matemática), além da parte diversificada. Formar pessoas capazes de darem conta de si e serem capazes de, responsável e conscientemente, possibilitarem a existência de outros, deixa de ser uma questão biológica e geográfica.

Não é aleatório que essa polinização da sustentabilidade tenha surgido com tanta ênfase no currículo atual. Segundo Barchi (2016), numerosos documentos norteadores de ações para sustentabilidade são criados por instituições internacionais financiadas por gigantescas corporações internacionais, ou de órgãos transnacionais, como o Banco Mundial – para auxiliar os governos nacionais a tomarem medidas de combate à destruição do ambiente. Quando grandes bancos ou empresas investem discursiva e financeiramente em projetos dentro de uma lógica neoliberal e os desejos ali fomentados se tornam referencial na elaboração de outros documentos, isso inclui aqueles relativos à educação, seja ela formal ou informal, eles sistematizam, legitimam e tornam coletivo seus desejos. Um investimento que incute em nossas subjetividades uma nova necessidade, uma falta a suprir, um defeito de não-sustentabilidade em nossas ações.

Se a sustentabilidade tão expressiva no CSE provém de referenciais que pensam o consumo como ponto de desenvolvimento e atribui responsabilidade aos consumidores, é certo que os sujeitos envolvidos se sentirão responsáveis por fazer “sua parte” e possibilitar a existência de futuros sujeitos, experimentando um alívio na consciência. Barchi (2016b, p. 3259) em suas análises a respeito da institucionalização da Educação Ambiental enfatiza que “se os pensamentos são aqueles que perceberam a necessidade de mudar o rumo das atitudes humanas, uma educação baseada em seus pressupostos, tornada oficial, é vista como um grande passo para a realização de um futuro mais ecológico”.

Sob as lentes da governamentalidade, pude destacar alguns trechos do currículo onde o pólen da sustentabilidade é um aparato educacional e exerce seu poder gerindo indivíduos para se tornarem *sujeito-consumidor-responsável*. Nesse caso, para

compreender essa dinâmica, o “poder como exercício e saber como regulamento” (DELEUZE, 1996, p. 82). Dentro do campo-documento, o pólen da sustentabilidade se espalha caindo inicialmente nos princípios norteadores, tendo como meta “Desenvolver a capacidade de interagir com o mundo atual, satisfazendo suas necessidades de forma consciente e responsável, comprometendo-se com as gerações futuras, seja no âmbito ambiental, social ou econômico” (SERGIPE, 2022 p.884).

Já nas competências por área, a C2 de Matemática propõe:

participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática. (SERGIPE 2022, p.987)

O apelo para consciência e ética dessa responsabilidade, além da referência ao âmbito econômico evidenciam como esse pólen foi dragado de maneira rápida e brutal, tornando-se mecanismo de poder que, inserido num projeto político educacional torna-se instrumento de dominação pedagógico impondo responsabilidades através de compromisso dos sujeitos com outros sujeitos. Misoczky; Böhm (2012) e Vizeu; Meneghetti; Seifert (2012) evidenciam o quanto os conceitos utilizados para discutir a temática do meio ambiente ainda são fortemente fundamentados e intensamente atravessados por interesses econômicos. “Tais interesses, pelas mais diversas vias, se sobrepõem à busca de soluções efetivas que possam, ao menos, promover um amplo debate em direção à busca de saídas efetivas aos problemas, ainda que essas sejam parciais e localizadas”. (MANSANO; NALLI, 2017, p. 4) Há um esforço em tornar a sustentabilidade uma prática normalizadora e controladora – ou seja, biopolítica – e isso pode ser observado nos diversos pontos do documento do CSE, dos quais destaco duas habilidades:

(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade. (EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais – , suas

práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade. (SERGIPE, 2021, p. 1082-1083)

Nota-se que o conceito de sustentabilidade foi empreendido como um dos “valores universais”, como um compromisso a considerar os diferentes ambientes e o modo de vida das populações, evidenciando o denominado “tripé da sustentabilidade”, o qual busca agregar na discussão sobre a preservação da natureza as dimensões ambientais, sociais e econômicas. Mas, talvez você se pergunte: qual o problema nessas dimensões? Isso não seria bom? Até seria, porém, o que problematizo aqui não são as dimensões em si, mas o fato de esse jeito com que a sustentabilidade é polinizada subjetiva docentes e discentes a se sentirem responsáveis pelo futuro como se isso só dependesse do comportamento e ações deles.

Se voltamos à propaganda no início deste artigo, vemos como o “se você não faz assim, faça desse outro jeito” atribui essa noção de responsabilidade. E isso não fica apenas nas propagandas, elas adentram as escolas através de atividades e projetos que são fundamentados no que é proposto pelos documentos oficiais, logo, se o CSE traz a sustentabilidade como uma de suas fundamentações, é a partir dela e dos desejos com as quais ela está engendrada que os sujeitos serão produzidos. Destaco aqui uma das propostas de atividades disponibilizadas nos Itinerários Formativos do CSE para o Ensino Médio:

Dentro deste contexto, o (a) professor (a) deverá trabalhar o tema Meio Ambiente com a proposta de promover a preservação deste através da sustentabilidade, por meio do reaproveitamento e reciclagem de materiais. O objetivo desse projeto é promover ações pelos estudantes para trabalhar a sustentabilidade como solução para o impacto ambiental chegue, de fato, aos interlocutores pretendidos. Para isso, o (a) professor (a) e a instituição educacional podem firmar parcerias com instituições públicas e/ ou privadas, universidades, faculdades, empresas, organizações não governamentais (ONGS), etc. (SERGIPE, 2021, p. 480)

É atribuído aos professores/as o papel de promover a sustentabilidade através do reaproveitamento e reciclagem de materiais, e aqui penso algumas problematizações: está ao alcance de um(a) professor/a ensinar a reciclar? Reciclar não seria uma iniciativa das indústrias produtoras? As chuvas de R's em torno do pólen da sustentabilidade estremecem a produção e o consumo de materiais? Ou esse seria apenas um jeito bonito das empresas produzirem seus produtos sem culpa, com bastante

lucro, se apresentando sustentáveis e colocando nos consumidores a responsabilidade de dar destino às sobras?

Em nenhum espaço há qualquer tipo de orientação que estabeleça questionamentos a respeito da produção, do excesso, da exploração, do quem ganha, dos quantos perdem, de quem é a conta dessa tal sustentabilidade? Mansano e Nalli (2017, p. 3) chamam atenção para a forma como as propostas são no sentido de “avanço do descarte sistemático de objetos e da ausência de uma política voltada para a obrigatoriedade do recolhimento, tratamento e reciclagem dos mesmos”. Há um distanciamento dos sujeitos em relação aos resultados predatórios do consumo por ela praticado. Todos convidados à responsabilidade com o consumo, mas sem deixar de consumir e isso torna as práticas de consumo, que são peças fundamentais do capitalismo, progressivas geradoras de subjetividades e no caso do CSE, desejando formar *sujeito-consumidor-responsável*.

Espalhar o pólen da sustentabilidade pelo CSE é mecanismo, estratégia, tecnologia. É oferecer uma ideia em todos os campos de saberes conciliada ao capitalismo, “que deixa transparecer uma ambígua relação entre as condições históricas de sua emergência como ideia pretensamente reparadora da atual crise socioambiental e de seu real sentido de reforço da lógica do capital” (VIZEU, MENEGHETTI & SEIFERT, 2012, p. 170).

QUANDO O PÓLEN ADENTRA O GINECEU

Era dia de planejamento para o segundo semestre, o primeiro totalmente presencial, mas ainda em pandemia. Voltei com um misto de alegria, por me sentir de volta à vida, e medo por não saber como seria dar aula no pós-aulas *on-line*. Todos os professores e professoras reunidos para combinar o que e como seriam as atividades daquele período letivo. Após uma reunião geral, fomos separados por área. Sendo a minha de Natureza, começamos a discutir junto com a coordenadora quais seriam nossas ações e projetos e a coordenadora de área trouxe algumas sugestões, dentre elas, uma disciplina eletiva denominada *Inovação e Sustentabilidade* em que a principal competência geral do CSE abordada era a Sustentabilidade. Com tanto pólen espalhado no documento, tem como não ter pelo menos uma ação voltada para essa temática? Perguntei-me.

Área reunida em círculo, a coordenadora iniciou apresentando a Eletiva disponível. Cada vez que ela falava a palavra sustentabilidade, eu sentia uma gastura, um ranço que nem sei se minha cara disfarçou. Eu ficava a observar cada item do material e pensava nas investidas neoliberais performando seu interesse que os sujeitos sejam responsáveis e tenham orgulho se sê-lo. Voltei a pensar como o pólen é espalhado pelas borboletas, mas a elas é atribuído o peso da função, da responsabilidade, da necessidade.

Me doeu pensar quantas vezes eu fui uma agente espalhadora desse pólen. Comecei a matutar que uma vez caído no gineceu, os pólenes liberam suas células reprodutoras e dá-se início à produção de novos embriões. Pois bem, o embrião estava ali, na minha frente, em forma de eletiva. Incomodada e angustiada com o que eu poderia estar produzindo e reproduzindo, reli toda a ementa da eletiva. Alguns pontos destaquei, pois me provocaram e me faziam cada vez mais perceber que formar um *sujeito-cidadão-responsável* era desejo daquele currículo.

A eletiva é uma disciplina dita de livre escolha. Os estudantes podem escolher em qual eletiva da área irão participar, porém não podem ficar sem escolher alguma. Logo, ela é obrigatória, porém pode-se optar em qual participar. Podem ser elaboradas e planejadas pelos professores, mas também podem ser escolhidas dentre as oferecidas pelos institutos parceiros da Secretaria de Estado da Educação. No nosso caso, como havíamos feito uma formação com um instituto que apresentou e ofereceu gratuitamente essa eletiva, a coordenadora sugeriu que utilizássemos e foi acatado pela maioria dos professores presentes.

Alguns pontos de problematização começaram a me atravessar, enquanto estudava o material. Já no início do mesmo, pude evidenciar o que sigo argumentando aqui: da responsabilização dos sujeitos. Afetar o indivíduo para um consumir, sem estremecer a racionalidade de quem produz.

Mediante essa responsabilidade atribuída aos participantes da eletiva, é o/a estudante que deve ser capacitado, treinado, adestrado, docilizado e utilizado para a melhoria e o controle sobre o ambiente. “É o ajustamento individual que possibilitará o devido controle e regulamentação a partir de determinada concepção de meio ambiente, ou seja, aquela que está devidamente registrada e oficializada pela legislação” (BARCHI, 2016a, p. 3263). Toda racionalidade que circunda a sustentabilidade está imersa nos projetos e ações do CSE colocando a natureza como

carente, frágil e ameaçada e isso é peça fundamental de subjetivação dos indivíduos para sensibilizá-los a ponto de torná-los sujeitos responsabilizados.

Isso pode ser observado ao longo de toda a ementa, pois o objetivo geral da disciplina aponta como objetivo geral formar indivíduos que se responsabilizem através de ações sustentáveis. A governamentalidade usa a sustentabilidade como um mecanismo regulador de condutas, as quais deverão cumprir suas atividades e articulações de acordo com a noção de meio ambiente da Política Pública estabelecida. Regular e controlar para a sustentabilidade através do Currículo de Sergipe educa o corpo para apresentar-se:

como o cumprimento de prescrições que reduzem os corpos e as relações à conservação. Tais prescrições pautam-se no que se deve ou não fazer, no que se pode ou não fazer segundo um modelo de perfeição e pureza permanentemente inalcançável, pois frente à natureza a ser conservada nunca se faz o bastante, nunca se é bom o bastante, nunca se sabe o bastante e todo cuidado permanece sendo pouco. (GODOY, 2007, p. 124-125).

Todas as ações que serão devidamente acompanhadas, monitoradas e avaliadas por instrumentos e dispositivos, dirão se tal ação será realmente uma ação válida. Para Mallette (2011), é possível incluir todas as preocupações relativas à manutenção da vida no planeta a regulação das normas e condutas. A sustentabilidade enquadrada nos moldes das políticas públicas, que estão emaranhadas numa lógica de consumo e de mercado, está correndo o risco de se transformar muito mais em uma instauradora de condutas homogêneas e cristalizadas, do que realmente uma potencializadora de novos modos de existência.

Não bastasse uma disciplina que estabeleça moldes de produção de sujeitos que se responsabiliza pelo ambiente, o uso de propagandas, como a apresentada na abertura deste texto, torna-se um referencial forte para a forma como os sujeitos devem pensar e agir diante do que consomem. Prova disso é a *live* realizada por um dos colégios em tempo integral da rede estadual que convidou o ator da propaganda para discutir sobre o consumo e a sustentabilidade. Alunos de todas as escolas foram convidados a assistir.

Como disseram os próprios estudantes: *a live bombou!* Todas as escolas da rede foram convidadas. Professores/as e estudantes em massa vendo o que o ator global tinha a dizer sobre qual a “nossa parte” na sustentabilidade, sobre quem a gente é a partir do que consome. A voz, a fama, o cenário. Quanta força pedagógica! Para Foucault (2007, p. 292) são “táticas de governamentalidade”. Masschelein e Simons

(2022) denominam esse tipo de tática como “politização da escola”. Eles afirmam que a escola é vista como um lugar de solução de problemas sociais, e neste caso socioambiental, remediando problemas sociais.

Esses mesmos autores ainda apontam que o que é problemático sobre isso “não é somente a distribuição desequilibrada de tarefas entre escola e a política”. A escola acaba sendo “incumbida de tarefas que são impossíveis de serem cumpridas, tornando jovens estudantes responsáveis pelos problemas sociais existentes e pela realização do sonho político de uma sociedade melhor”. (MASSCHELEIN; SIMONS 2022, p. 109)

Essa forma de gerir a vida ordinária através da sustentabilidade, mediada por propagandas, propõe que sujeitos pratiquem todos os R’s possíveis, desde que não deixem de ser consumidores. Produz-se aí um *sujeito-consumidor-responsável* que tenha “armário sustentável”, fabricados com materiais e certificados produzidos por empresas sustentáveis, que saiam de casa com o selo da sustentabilidade dos pés à cabeça, mas sem deixar de consumir. Os signos da sustentabilidade adicionam ao repertório da vida dos sujeitos um marcador social a mais, um *plus*: “consumidor responsável, são insígnias identitárias da atualidade promovidas nos tempos da sustentabilidade; porém, para o mercado, não passam de outra tipologia de consumidor” a serem capturados. (GODOY, 2007, p. 53)

É nessa perspectiva que o pólen da sustentabilidade preenche todo o CSE, atravessando as ações escolares diretas e as centrífugas a ela, fecundando os vários gineceus-estudantes e formando indivíduos-embriões que operem na lógica de ser *sujeito-consumidor-responsável*.

QUANDO VENTOS DESLOCAM O PÓLEN

Ao pensar na sustentabilidade como grãos de pólen espalhados no Currículo de Sergipe, comecei a matutar de novo na pergunta que meu filho fez: *Mãe, e se eu não repensar, o que acontece?* Essa pergunta, ainda sem uma possível resposta, me fez matutar também no que acontece quando os grãos de pólen não atingem as flores? Quando outros fatores, como por exemplo os ventos, espalham esses grãos, eles morrem, se perdem, é o fim?

É fundamental repensar a concepção político-pedagógica da sustentabilidade e a articulação das ações educativas que devem estar atreladas à proteção e à defesa do planeta. Essa proteção implica não em responsabilizar aqueles que estão no final do

processo - os consumidores - mas, questionar a problemática ambiental promovendo uma nova perspectiva a respeito de sustentabilidade, que estremeça a racionalidade e pare de convidar indivíduos a serem salvadores do planeta totalmente responsáveis pelo que consomem.

A sustentabilidade não precisa ser um aparato de estado, exercício de poder, normalizadora, excludente, controladora, reguladora, maior, para ser científica. Ela pode ser resistente, nômade, menor, como já mostraram Deleuze e Guattari (1996) em Tratado de Nomadologia. Talvez uma sustentabilidade menor, que impeça a perspectiva maior de tornar-se uma nova forma de fascismo curricularizado, regulamentador e controlador.

É preciso ventos de resistência! Entendendo as resistências, segundo Foucault (1988) como lutas anarquistas, pois não esperam solucionar os problemas de um futuro preciso, definido de antemão, seja ele utópico ou catastrófico. Entender as resistências consiste em analisar o poder através do antagonismo de estratégias, pois não se luta contra o poder em si, já que ele não existe como um substantivo, mas se combate os efeitos de poder e o controle que ele estabelece. Por isso mesmo que não existe um inimigo comum e principal, mas sim, inimigos imediatos.

Além disso, essas resistências não são aqui sinônimas de reação, mas de criação. Criar possibilidades de existência a partir da composição de forças, forças do devir, da mudança, que apontam para o novo e engendram possibilidades de vida. Deslocar o pólen. Então, respondendo a pergunta que inicia esta seção, não! Quando os ventos espalham os grãos eles não morrem! Os grãos viram matéria orgânica e dão início ou seguem em outros fluxos de existência que não aquele que lhe deram como responsabilidade, abertos a outras possibilidades, outros caminhos, outros ciclos.

REFERÊNCIAS

- BARCHI, R. Educação ambiental e (eco)governabilidade. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 22, n. 3, p. 635-50, 2016a.
- BARCHI, Rodrigo. Poder e resistência nos diálogos das ecologias licantrópicas, infernais e ruidosas com as educações menores e inversas (e vice-versa). 2016b.
- CARDOSO, L. R.. Nos rastros de uma bruxa, comendo metodologias alquimistas. In: Dagmar Estermann Meyer; Marlucy Alves Paraíso. (Org.). *Metodologias de Pesquisas*

- Pós- Críticas em Educação. 2ªed.Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, v. 1, p. 221-243.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Como criar para si umcorposemórgãos.Trad de Aurélio Guerra Neto. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1996
- FOUCAULT. M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 1988
- GODOY, A. Conservar docilidades ou experimentar intensidades. In: PREVE, A. M. H.; CORRÊA, G. (Org.). Ambientes da ecologia: perspectivas em política e educação. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.
- KLEIN, Carin; DAMICO, José. O uso da etnografia pós-moderna para a investigação de políticas públicas de inclusão social. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAISO, Marlucy Alves (Orgs.). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014.p. 65-87.
- MALLETE, S. Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade. Ecopolítica, São Paulo, n. 1, p. 4-25, 2011
- MANSANO, S. R. V.; NALLI, M. Sustentabilidade e biopolítica: um problema para a contemporaneidade. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 29, e156315, 2017.
- MASSCHELEIN J.; SIMONS M. Em defesa da escola: uma questão pública. Tradução: Cristina Antunes, 2ª edição; Belo Horizonte. Autêntica, 2022
- MISOCZKY, M. C.; BÖHM, S. Do desenvolvimento sustentável à economia verdea. Cadernos EBAPE.BR, v. 10,n. 3, p. 546-568, 2012.
- PIGA, T. R., & MANSANO, S. R. V. Sustentabilidade ambiental e história: Uma análise crítica. Perspectivas contemporâneas, 10(2), 174–195, 2015.
- SERGIPE. (2022). Currículo de Sergipe: integrar e construir: ensino médio. Santos, I. S. dos, & Soares, M. F. M (Org.). Aracaju, SE: Secretaria de Estado da Educação do Esporte da Cultura.
- VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis K.; SEIFERT, René E. Por uma crítica ao desenvolvimento sustentável. Cadernos EBAPE.BR [online], vol. 10, nº 3, p. 569-583, 2012.